

REQUERIMENTO

(Do Sr. **Pedro Pedrossian**)

Requer o convite ao substituto eventual do Diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, e a representantes da Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS, dos sindicatos de distribuidores e de revendedores de combustíveis para discutirem, em Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, a liberação das importações de combustíveis no país.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno, o convite ao substituto eventual do Diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, e a representantes da Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS, do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes – SINDICOM, da Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes – FECOMBUSTÍVEIS, das refinarias privadas em operação no país e dos transportadores-revendedores-retalhistas de combustíveis para discutirem, em Audiência Pública, na Comissão de Minas e Energia, a liberação das importações de combustíveis no país, a partir do próximo ano.

JUSTIFICAÇÃO

Ao que tudo indica, a partir de janeiro de 2002, estará liberada a importação de combustíveis para todas as empresas que desejem operar no setor petrolífero nacional, o que, até agora, se constitui em atividade praticamente reservada apenas à Petrobrás.

Tal liberação de mercado será tornada possível pelas alterações na tributação dos combustíveis, conforme o previsto na Proposta de

Emenda à Constituição nº 277, recentemente aprovada por esta Casa e ora em tramitação no Senado Federal.

Segundo essa proposta, além dos impostos de importação e exportação e do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), será também possível a incidência de contribuições sobre o domínio econômico nas atividades de comércio de combustíveis, em substituição à chamada Parcela de Preços Específica (PPE), hoje paga apenas pela Petrobrás e que não se constitui em tributo, haja vista ter sido instituída apenas por uma Portaria Interministerial, firmada pelos Ministros da Fazenda e de Minas e Energia.

Sabemos que, como preparação para tão importante mudança no mercado nacional de combustíveis, estão em curso na ANP discussões, com a participação de algumas empresas da indústria petrolífera, sobre as mudanças necessárias nas normas regulatórias desse setor, a fim de adequar as atividades relativas ao setor de combustíveis, desde as refinarias até as vendas ao consumidor final, ao novo ambiente de livre mercado.

Cremos que, dada a importância da matéria, é não apenas necessário, mas indispensável trazer para o âmbito desta Casa a discussão dos assuntos referentes ao setor de combustíveis, de modo a democratizar as informações e de permitir a audiência às sugestões dos legítimos representantes do povo para o traçado das novas feições do setor petrolífero nacional, em vez de deixar tais atribuições entregues tão-somente a um seleto grupo de burocratas que se julgam os senhores absolutos de todas as decisões nesse campo.

Sala das Sessões, em de de 2001.

Deputado PEDRO PEDROSSIAN